

Objetivos do desenvolvimento sustentável e promoção da saúde: uma aliança necessária ao enfrentamento das doenças crônicas

Objectives of sustainable development and health promotion: a necessary alliance to face chronic diseases

Simone Tetu Moyses^{1/+2}, Paulo Sávio Angeiras de Goes^{2,3}

¹Prof. Titular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná-PUC-PR, ²Prof. Associado da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE/ Faculdade de Medicina de Olinda, ³PhD em Epidemiologia e Saúde Pública pela University College London-UCL

RESUMO: Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) têm sido apontados como uma agenda prioritária para a construção de uma sociedade mais igualitária e socialmente justa. Constituem-se numa agenda cujos resultados terão repercussão direta na abordagem das condições crônicas. O objetivo do presente estudo foi analisar como os ODS delineiam a adoção de medidas de promoção de saúde capazes de produzir impacto nas doenças crônicas. Trata-se de uma revisão de literatura narrativa a partir do referencial teórico dos ODS e das recomendações das conferências mundiais de promoção de saúde realizadas nas últimas décadas. Conclui-se que os ODS podem ser trabalhados em duas dimensões: uma contextual, representada pelos desafios postos pela contemporaneidade, e outra relativa à discussão sobre o papel dos profissionais de saúde. Considerando a saúde na sua complexidade, envolvida e relacionada com determinantes sociais, reforça-se que não é possível promover a saúde apenas transmitindo informação e buscando o autocuidado numa perspectiva individual.

Palavras chaves: Promoção de saúde. Determinantes de saúde e desenvolvimento sustentável

ABSTRACT: *The Sustainable Development Goals (SDGs) have been placed as a priority agenda for building a more egalitarian and socially just society. It constitutes an agenda whose results will have a direct impact on the approach to chronic health conditions. The objective of the present study was to analyze how the SDGs define the adoption of health promotion measures capable of impacting chronic diseases. It is a narrative review of literature based on the theoretical framework of the SDGs and the recommendations of the world health promotion conferences held in the last decades. It can be concluded that the SDGs can be worked on from two dimensions: one contextual, represented by the challenges posed by contemporaneity, and the other related to the discussion about the role of health professionals. Considering health in its complexity, involved and related to social determinants, it is reinforced that it is not possible to promote health only by transmitting information and seeking self-care from an individual perspective*

Key words: *Health promotion. Health determinants. Sustainable development*

OS DESAFIOS DA CONTEMPORANEIDADE PARA A SAÚDE

Considerando o período desta nova era do antropoceno que estamos vivendo nos tempos contemporâneos, caracterizada pelo impacto da nossa existência no planeta no plano sócio-ambiental, torna-se imperativa a discussão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Promoção de Saúde, não apenas na perspectiva da formação profissional, mas na vida de cada

um como cidadão e cidadã, de modo a ampliar e apontar oportunidades e desafios para a proteção da vida e da saúde.

Entre os desafios a serem enfrentados com impacto direto sobre a saúde estão as transições epidemiológica, demográfica e nutricional que esta geração tem vivenciado. O aumento da expectativa de vida, diminuição da taxa de fecundidade e aumento da taxa de mortalidade precoce evidenciam novos perfis para o cuidado em saúde. A transição nutricional reflete mudanças de estilo de vida, do aumento da vida sedentária, mudança de padrão de alimentação, mudança no

^{*}Correspondência do autor: revistaanaisfmo@fmo.edu.br

padrão da produção dos alimentos e na forma de distribuição desses alimentos dentro da nossa sociedade, além de tendências de redução de desnutrição e aumento da obesidade. Apenas para dar um exemplo, no Brasil, o excesso de peso está presente em 54% da população adulta e 34% das crianças brasileiras, com impacto bastante significativo nas doenças crônicas¹.

Mas temos outros desafios que se somam aos processos transacionais citados anteriormente. Entre eles, o processo de urbanização e industrialização, e consequente impacto que essas mudanças provocam na vida de cada um de nós e na saúde da população brasileira. Na América Latina, 80% da população vive em áreas urbanas, e sabemos que a tendência no Brasil é que poderemos chegar até 2050 com quase 90% da população vivendo nas cidades, significando um aumento considerável na população nos espaços urbanos. Obviamente isso traz como consequência, não só uma pressão por ofertas de recursos mínimos para uma vida adequada, em termos de acesso à água, de esgoto, segurança, de serviços de saúde, mas também provoca uma mudança de comportamento humano. As consequências destas mudanças são estímulo ao consumo excessivo, à espoliação dos recursos naturais, exploração de trabalhadores e perda de garantias ligadas à seguridade social.

Outro impacto importante do nosso contexto atual, que também está vinculado diretamente à saúde, é a questão da violência. Os dados epidemiológicos nos mostram o avanço vertiginoso de condições crônicas atreladas à violência, ligadas à insegurança, violência doméstica e violência no trânsito. Acidente de trânsito, por exemplo, é a principal causa de morte de população de 15 a 29 anos no Brasil.

A degradação do meio ambiente, evidenciada pelo aumento da poluição, queimadas, enchentes, secas, são também parte

dos desafios a serem enfrentados. As mudanças climáticas, que na verdade não são apenas mudanças de clima, expressam o impacto da intervenção do homem no meio ambiente, e estão se caracterizando como um fator de risco diferenciado para o desenvolvimento de doenças e condições crônicas.

Para além das desigualdades, as iniquidades, que são as desigualdades consideradas injustas, pois passíveis de controle por meio de políticas coletivas de proteção, são mais um desafio da contemporaneidade com impacto na saúde e na distribuição das condições crônicas. Recentemente, uma publicação do Banco Mundial alertou o Brasil para o aumento da pobreza. Mais de 43 milhões de pessoas, hoje no Brasil, estão vivendo ou sobrevivendo com menos de US\$ 5,00 dólares por dia, e isso tem aumentado. Isso exige que avaliemos o impacto de políticas públicas ou a falta de políticas públicas. Precisamos estar atentos às iniquidades dentro desses espaços urbanos, enfrentando o que alguns autores têm chamado de “penalização urbana”², o que favorece o risco e a ampliação de agravos de forma diferenciada dentro dos espaços de vida nas cidades. Se considerarmos como exemplo as iniquidades intraurbanas dentro da cidade de São Paulo, a evidência tem demonstrado que uma pessoa que mora na periferia da cidade, em média, morre 20 (vinte) anos mais cedo do que aquela que mora no centro de São Paulo. Este dado não reflete um processo de risco unicamente biológico, mas de acesso e qualidade dos serviços de saúde, iniquidades em termos de distribuição de poder, de informação, de recursos, de dinheiro, acesso e disponibilização de tecnologias.

Iniquidades no acesso a tecnologia em saúde é evidente em nosso contexto, tanto entre profissionais da área de saúde quanto à população. Apesar do aumento significativo de tecnologias em saúde, sua distribuição está

inversamente relacionada com as necessidades em saúde, estando, na maioria das vezes, focada nas necessidades dos mais ricos³. Isto diz respeito ao acesso e benefício da ciência, tecnologia e inovação, não apenas a inovação no campo dos novos medicamentos e diagnósticos, mas principalmente, das novas ideias, dos novos arranjos institucionais, das inovações de práticas.

De forma ampla, Basu e Stuckler⁴, em sua obra *Economia do corpo*, discutem como, na contemporaneidade, a economia desumana, como a austeridade econômica tem impactado a saúde das populações em diferentes sociedades no mundo. Os autores analisam a crise financeira global, o processo de distribuição de renda e os investimentos em saúde de uma forma bastante consistente, demonstrando como o impacto das decisões e das opções econômicas repercutem na saúde no mundo inteiro, inclusive no Brasil.

Assim, compreender os desafios atuais do nosso mundo contemporâneo permite contextualizar o cuidado em saúde de forma ampla, apontando novas perguntas, oportunidades e desafios aos profissionais de saúde sobre sua atuação na sociedade.

AS AGENDAS LIGADAS À SAÚDE E O PAPEL DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Uma exigência essencial para a atuação profissional resolutiva e de qualidade é que as preocupações e formação dos nossos profissionais precisam ir além das doenças agudas e que exigem uma atenção emergencial. Mesmo considerando que, no Brasil, os profissionais de saúde precisam lidar com uma dupla carga de doenças, ou seja, por vezes atendendo no mesmo ambulatório doenças agudas e crônicas, é necessário o desenvolvimento de competências para abordar de uma forma adequada as condições crônicas

impactadas pelo modo de viver no mundo contemporâneo.

O termo condições crônicas é utilizado aqui de forma a ampliar o conceito de doenças crônicas. Muitas condições de saúde exigem um processo de cuidado diferenciado. Um bom exemplo que podemos considerar é a gestação. A gestação não é uma doença crônica, mas é uma condição crônica durante o seu período, porque exige um cuidado diferenciado. É uma condição que exige um cuidado centrado na pessoa e naquilo que pode acontecer nesse momento da vida de uma mulher, sendo por isso considerada uma condição crônica.

No contexto da ampliação das condições crônicas no mundo, é necessário considerar o impacto significativo da pobreza e das iniquidades em saúde no desenvolvimento destas condições e nas formas de seu enfrentamento. As evidências construídas nos últimos anos sobre o tema têm apoiado instituições ligadas à saúde a repensar a relação direta e o impacto do contexto de vida, do desenvolvimento e dos determinantes socio-ambientais na saúde das populações. A própria Organização Mundial da Saúde tem aproximado seus países membros de agendas internacionais vinculadas à discussão destes impactos na saúde e estimulado a mobilização internacional para a construção do cuidado em saúde com base no reconhecimento dos determinantes socioambientais no processo de saúde e doença.

É nesta discussão que emerge a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁵, como uma estratégia que refletisse as agendas convergentes que trabalharam nos últimos anos para a erradicação dos principais determinantes das condições de vida da população. Os ODS são apresentados como um plano de ação para atuar centrado na erradicação da pobreza, na proteção do planeta e garantir que

1 - ESPAÇO RESPONSABILIDADE SOCIAL

as pessoas tenham possibilidade de desenvolver as suas capacidades dentro de um ambiente de prosperidade e de paz.

Esta agenda global foi definida pelos Estados Membros das Nações Unidas, que se reuniram em setembro de 2015 e assinaram um acordo de que haveria intencionalidade de construção de propostas e de práticas que pudessem modificar o perfil de pobreza e atuar sobre o desenvolvimento humano sustentável a partir de então. Este movimento que tem sido disseminado no mundo inteiro e traz a perspectiva de trabalhar com 17 objetivos, com 169 metas, com 231 indicadores que direcionem ações concretas a serem desenvolvidas e cumpridas pelos governos, pela sociedade e pelas organizações institucionais em 5 dimensões estratégias para a proteção da vida: 1. Foco na pessoa, com a erradicação da pobreza, controle da fome, da educação de qualidade, para garantir a dignidade e a igualdade; 2. A proteção do planeta, dos recursos naturais e clima; 3. A prosperidade, garantindo vidas plenas, em harmonia com a natureza; 4. A promoção da paz, em sociedades, justas e inclusivas; 5. O desenvolvimento de parceiras, para implantação de uma ação global sólida. A proposta da agenda dos ODS é, portanto, focalizar numa perspectiva de ação coletiva, intersetorial e voltada para a equidade. Isto se dá pelo reconhecimento de que o enfrentamento dos riscos ligados ao modo com que o homem vive hoje no planeta exige a construção de estratégias que envolvam diferentes setores da sociedade, apontadas para o rompimento da grave situação de iniquidades mundiais, e de que essas iniquidades provocam um impacto significativo na potencialidade do desenvolvimento humano e da saúde. Com uma temporalidade definida no ano de 2030, essas metas de objetivos sustentáveis têm sido chamadas de agenda 20/30.

No Brasil, em 2018, foi organizada por uma comissão nacional para discutir essas metas e objetivos do desenvolvimento sustentável. Foi então proposta uma releitura com o suporte técnico do IPEA para redimensionar essas metas para o contexto brasileiro, o que fez com que o país ainda aumentasse para 175 o número de metas a serem alcançadas. O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) assumiu o compromisso de registrar nossos avanços e criou um espaço no seu site para monitorar esses indicadores.

O papel central da saúde nesta agenda é evidenciado pelo fato de que sua construção se relaciona não apenas com as três dimensões centrais do desenvolvimento humano sustentável: a social, a ambiental e a econômica, mas também com as outras dimensões do desenvolvimento, a dimensão psicológica, a dimensão relacional, requerendo compromisso e ação intersetorial. Assim, profissionais da saúde, cidadãos, vivendo no Sul ou no Nordeste brasileiro, devem necessariamente participar desta chamada para a ação coletiva, uma chamada para identificação de potencialidades, no sentido de reduzir iniquidades e construir positivamente a vida no planeta.

É importante pensar nas pessoas e na forma com que elas vivem nesse contexto, ou seja, o foco na pessoa faz com que o profissional focalize na forma como a saúde se relaciona com o desenvolvimento humano, como a pessoa vive seu processo de desenvolvimento, que avalie suas potencialidades humanas e de construção de uma vida positiva, a cultura e a proteção do contexto de paz, de vida sem violência e de vida dentro de uma perspectiva positiva e solidária.

Desta forma, reconhecer a saúde em sua complexidade implica em atuar sobre os determinantes sociais da saúde. Significa compreender o que determina a possibilidade de

se manter saudável ou de adoecer no mundo contemporâneo. E abordar os determinantes socioambientais como determinantes de saúde é um ato de complexidade. Trabalhar, portanto, com o complexo, é uma questão central hoje, é um desafio central no cuidado em saúde.

Diversas agendas e movimentos internacionais e nacionais, específicas no campo da saúde, têm abordado as questões ligadas aos determinantes sociais da saúde e apontado estratégias para o enfrentamento das iniquidades. Das discussões centradas na importância da atenção primária em saúde em Alma Ata, em 1978, às Conferências Mundiais de Promoção da Saúde, iniciando em 1986 com a 1ª

Conferência de Promoção da Saúde, pelos princípios do Sistema Único de Saúde na Constituição Brasileira, pelas recomendações feitas pelas comissões internacional e brasileira de determinantes sociais da saúde, pela Política Nacional de Promoção da Saúde e conferências da Promoção da Saúde, para citar apenas alguns, todos estes movimentos têm reforçado mundialmente a importância de ações ampliadas, intersetoriais e voltadas para a equidade, para garantia da saúde e da vida com qualidade.

O quadro 1 abaixo destaca alguns destes movimentos com importante ressonância no Brasil e o foco de suas recomendações para enfrentamento das iniquidades em saúde.

Quadro 1. Movimentos e eventos de discussão sobre determinantes sociais da saúde e recomendações para enfrentamento das iniquidades em saúde.

Ano	Evento	Recomendações
2000	Comissão internacional, vinculada a Organização Mundial de Saúde, para discutir desigualdades ou iniquidades em saúde	Recomendar ações que podem direcionar a atuação sobre os determinantes sociais e reduzir iniquidades: 1. melhorar a condição de vida cotidiana; 2. abordar a distribuição desigual de poder, dinheiro e recursos; 3. qualificar e compreender o problema avaliando o impacto das ações.
2000	Comissão nacional de determinantes sociais da saúde-Brasil.	Recomendar o trabalho em três grandes frentes para reduzir iniquidades em saúde no Brasil: 1. focalizar no trabalho intersetorial; 2. Fortalecer a participação social como uma questão central; 3. Desenvolver ações baseadas em evidências científicas.
2006/ 2014	Política Nacional de Promoção de Saúde.	Promover mudanças estruturais nos ambientes, estabelecer medidas legislativas, regulatórias e políticas para garantia do direito à saúde no Brasil.
2016	9ª Conferência Mundial de Saúde - China.	Focalizar nos pilares para promoção da saúde: boa governança, letramento em saúde e cidades saudáveis.
2016	22ª Conferência Mundial de Promoção de Saúde, da União Internacional de Promoção de Saúde e Educação pra Saúde -Curitiba.	Ampliar a discussão sobre promoção da saúde e construção da equidade.

Os princípios do SUS de universalização, de garantia da integralidade da atenção, integralidade do cuidado, da participação social, são todos valores colocados como base para a Política Nacional de Promoção da Saúde, que direciona as ações voltadas para os determinantes sociais da saúde, a busca da equidade e respeito à diversidade, o desen-

volvimento sustentável e a produção de saúde e do cuidado de forma inclusiva e solidária.

A Conferência de Curitiba (2016)⁶, foi outro marco importante para a promoção da saúde e construção da equidade, ao chamar a atenção dos profissionais envolvidos com a construção da saúde para a urgência de modificarmos nossa prática de cuidado,

passando de um modelo biomédico individual para uma perspectiva socioambiental, considerando a justiça social e a democracia como valores essenciais para a promoção da saúde. Nesta perspectiva ampliada, é preciso reconhecer que a promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável hoje no Brasil passa necessariamente pela defesa do SUS, pela defesa da democracia e pela defesa da equidade.

Estas discussões tornaram claro que o profissional de saúde contemporâneo precisa aprender a lidar com novos e velhos problemas em contextos diferentes, reconhecendo os mais vulneráveis; repensar as tecnologias em saúde; repensar as cidades e os espaços de vida coletiva; aprender a trabalhar juntos com diferentes pessoas, diferentes instituições, para reconhecer o papel de cada um na atuação sobre esses determinantes. Isso nos traz outra perspectiva do desenvolvimento das nossas competências profissionais, em termos não só de desenvolver competências e habilidades técnicas, mas também desenvolver capacidades reflexivas e transformadoras da sociedade.

O profissional de saúde que atua diretamente no cuidado em saúde precisa avaliar o impacto da economia, da política da austeridade na saúde; precisa construir modelos de atenção e de gestão nos serviços de saúde sustentados no reconhecimento das vulnerabilidades e, com base nisto, propor novas estratégias para a garantia da qualidade dos serviços de saúde; precisa ainda avaliar o valor e impacto das práticas de promoção de saúde, reconhecendo o que funciona no nosso contexto; trabalhar com ações intersetoriais, ampliando a perspectiva de atuação na promoção da saúde para além do setor saúde.

Como pesquisador, o profissional de saúde contemporâneo deve ter um compromisso de produzir conhecimento que transforme a

nossa realidade, que enfrente os desafios postos na sociedade. Não podemos repetir os movimentos de produção de ciência que não leve a lugar nenhum; a produção do conhecimento, hoje, é tão essencial para o desenvolvimento sustentável e para promoção da saúde, que não podemos perder tempo.

Precisamos consolidar uma formação acadêmica comprometida com a promoção da saúde e desenvolvimento sustentável, que inclua a superação da imprecisão, primeiro da imprecisão conceitual sobre iniquidades, desenvolvimento sustentável, determinantes de saúde, promoção de saúde. Se faz necessário avançar de uma vez por todas. Não se pode conceber profissionais de saúde que pensem em promoção da saúde como sendo exclusivamente vinculada à educação para saúde e mudança de comportamento. Esta é apenas uma dimensão da promoção da saúde. Mas se entendemos que a saúde é muito mais complexa e relacionada a determinantes sociais, promover a saúde e o desenvolvimento sustentável implica em apoiar pessoas empoderadas e resilientes, construir sistemas de saúde centrados nas pessoas, e atuar sobre ambientes de vida cotidiana de forma integral e transformadora.

REFERÊNCIAS

1. Ministério da Saúde. Vigitel Brasil 2018 vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. 2019 131p.
2. World Bank. World Bank Report Brazil. Banco Mundial Alerta para aumento de pobreza no Brasil. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-04/banco-mundial-alerta-para-aumento-da-pobreza-no-brasil>.
3. Howitt P, Darzi A, Yang GZ, Ashrafian H, Atun R, Barlow J, et al. Technologies for global health. *Lancet*. 2012; 380 (9840):507-35.
4. Basu S, Stukler DA. Economia Desumana Porque mata a Austeridade. Portugal, 2014.
5. Organização das Nações Unidas. Momento de ação global para as pessoas e o planeta. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015>.
6. Carta de Curitiba de Promoção de Saúde. Conferência Mundial de Promoção de Saúde 2016. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/outras-noticias/saude-da-populacao/carta-de-curitiba-sobre-promocao-da-saude-e-equidade/19821>.